

**A Sociedade Literária de Belo Horizonte: um legado cultural da Biblioteca Municipal
para a cidade**

ALINE PINHEIRO BRETTAS

1 Introdução

Esse artigo é baseado na dissertação “A Sociedade Literária de Belo Horizonte: um legado cultural da Biblioteca Municipal para a cidade”, apresentada na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, em outubro de 2004. O objetivo desse trabalho é apresentar, brevemente, um estudo sobre a história da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, além de mostrar a contribuição dessa instituição para a constituição da memória e da identidade da cidade.

2 A criação

Em 1894, o Brasil tinha acabado de se tornar uma república. Do ponto de vista educacional, foi atingido por um fervor ideológico, sendo que os conceitos de democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do país. O Brasil então começou a pensar e a repensar sobre o programa de educação, passando essa a ser vista como algo que iria salvar o país do atraso e da desordem. O advento da República representava o rompimento com a herança colonial.

Belo Horizonte foi idealizada e criada dentro desse contexto. A cidade foi planejada e construída como um “tabuleiro de xadrez”, rumo aos novos desígnios da nação, e inaugurada em 12 de dezembro de 1897.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi criada no espírito que orientou a construção de Belo Horizonte, precedendo a inauguração da cidade. Alguns membros da Comissão – os engenheiros Fábio Nunes Leal, Samuel Gomes Pereira, Américo de Macedo e José de Magalhães – deliberaram fundar a “Sociedade Literaria Bello Horizonte”, cuja finalidade seria a organização de uma biblioteca e um museu. Em 27 de agosto de 1894, esses engenheiros se reuniram com Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora e

responsável pelo planejamento e construção de Belo Horizonte, para apresentar um ofício que expunha os planos da fundação e as bases da instituição, e propor que a coleção inicial fosse formada com materiais informacionais ligados à sua atividade profissional.

Nos Estados Unidos, em fins do século XIX, a educação se tornou base fundamental para a democracia. Nesse contexto, a biblioteca pública estava sendo fervorosamente defendida e promovida, uma vez que era considerada como um meio capaz de difundir o conhecimento, tratando a todos como iguais e colocando os recursos da nação ao alcance de todos. Os membros da Comissão, ao criar a Biblioteca Pública de Belo Horizonte, estavam inteirados a respeito desse papel que a biblioteca pública americana adquiriu.

Aarão Reis foi convidado a ser presidente honorário da instituição, e lhe foi solicitada uma casa adequada. Ele aceitou o convite e cedeu imediatamente uma casa velha existente no Largo da Matriz, onde a biblioteca funcionou até depois de inaugurada a nova capital. O acervo inicial da instituição compôs-se de livros doados pelos próprios membros da Comissão. Há também o registro de recebimento de revistas científicas.

À Biblioteca foi dada a denominação de “Sociedade Literária de Belo Horizonte”. Quando a nova capital fora inaugurada e os trabalhos da Comissão Construtora foram encerrados, o acervo da Biblioteca, que contava com cerca de 4.000 volumes, foi doado à Prefeitura.

3 Da institucionalização municipal até a extinção

A análise histórica da Biblioteca Pública de Belo Horizonte nos permite dividir sua trajetória em três fases distintas, marcadas por mudanças administrativas que determinaram o espaço que a instituição ocupou na cidade.

Na fase inicial, que compreendeu os primeiros trinta anos, a Biblioteca era ainda uma instituição de pequeno porte: era subordinada à Secretaria, essa por sua vez subordinada à Prefeitura. O quadro de funcionários era bastante reduzido, sendo que o Secretário exercia as atribuições de diretor da instituição.

A Biblioteca, depois de doada à Prefeitura, ficou situada em um prédio na Rua da Bahia. O prédio era provisório, mas não havia recursos para instalar a instituição em um local próprio. O local era inadequado, pois não satisfazia às conveniências do serviço. Em 1904, a

Biblioteca foi transferida para o salão térreo do edifício que na época abrigava o Senado. O novo local, no entanto, também era impróprio. Em 6 de setembro de 1914, foi inaugurado oficialmente o palácio do Conselho Deliberativo, situado na esquina da Rua da Bahia com a Avenida Paraopeba¹. Nesse mesmo dia, a Biblioteca foi também transferida para esse edifício, onde funcionou até 1963. O novo local também não parecia ser apropriado para o público.

A instituição recebia doações de pessoas importantes no cenário político e intelectual de Belo Horizonte. Havia também uma preocupação em desenvolver uma coleção de periódicos nacionais e estrangeiros. Uma nova organização do acervo começou a ser implantada na Biblioteca em 1925. Foi adotado o sistema de classificação decimal, criado por Melvin Dewey, um teórico da Biblioteconomia que defendeu, nas três últimas décadas do século XIX, a idéia de que a biblioteca pública deveria ser um meio de difundir a educação. Os livros e periódicos eram encadernados. O decreto municipal n. 16 de 12 de maio de 1927, que regulamentava os serviços da Prefeitura, determinou que a preservação do acervo era uma atribuição do bibliotecário. Era feito, regularmente, o serviço de descarte e limpeza dos livros.

A fase inicial da Biblioteca coincidiu com o período que no Brasil era chamado República Velha ou Primeira República. O processo político na década de 1920 foi caracterizado pela maior visibilidade da presença da classe média urbana na cena política, que deveria visar a transformação da República oligárquica em República liberal. Essa década também marcou o término da construção de Belo Horizonte. Nesse momento, a grande preocupação era o crescimento da capital de Minas Gerais, que até então havia se estagnado. Eram necessárias novas medidas para que se pudessem controlar os problemas decorrentes da urbanização. Acompanhando o crescimento dos setores urbanos, a preocupação da biblioteca pública com a educação expandiu-se, já que o público estava se tornando cada vez maior e mais urbanizado. Era essencial fazer a biblioteca conhecida por todos, e novos meios de atrair leitores foram criados.

A Biblioteca, se inserindo nesse contexto, também proporcionou a publicação de notas e artigos de jornal, apresentando informações sobre a frequência e o acervo recebido. Esse acervo, além de obras em idioma português, comportava número significativo de obras em idiomas estrangeiros, principalmente o francês, além de clássicos da literatura nacional e internacional. O número de consulentes quase triplicou de um ano para o outro. Havia, no entanto, uma classe privilegiada composta pelos estudantes. Isso significa que o acervo era bastante apropriado a esse tipo de público, que procurava a Biblioteca para encontrar as informações necessárias às suas leituras e pesquisas escolares.

Nesse período, a educação do povo estava sendo considerada um meio de conquistar o sentimento de identidade nacional, além de estarem surgindo no Brasil as primeiras grandes universidades, dentre elas, a de Minas Gerais, em 1927. A Biblioteca estava se inserindo nesse contexto, sendo que grande parte do seu público era composta por estudantes primários. O atendimento, no entanto, era deficiente para a consulta de alunos dos estabelecimentos de ensino secundário e superior, uma vez que não havia um acervo adequado para eles.

Na fase intermediária, que ocorreu entre 1930 e 1937, o decreto municipal n. 64 de 07 de março de 1930 regulamentou a Biblioteca, tornando-a subordinada diretamente à Prefeitura e com mais autonomia. Nesse decreto apareceram o quadro de funcionários, que deveria constar de um bibliotecário, um ajudante, três encarregados, seis fiscais da leitura e dois porteiros-serventes. Esse mesmo decreto autorizara a criação de uma seção denominada “Biblioteca de Autores Mineiros”.

O bibliotecário da época, J. Guimarães Menegale, realizou uma classificação inspirada no modelo da Biblioteca do Congresso, em Washington, tendo em vista as condições da Biblioteca, sua natureza e desenvolvimento. O acervo abrangia diversos assuntos, e podia ser acessado por um público diferenciado. Em 1936, pelo novo regulamento dado à Biblioteca através do decreto municipal n. 67 de 11 de fevereiro, a instituição deveria manter uma seção “Braille”, com livros dedicados aos deficientes visuais.

Quanto à preservação do acervo, o decreto municipal n.64 de 07 de março de 1930 determinou que ela continuaria sendo atribuição do bibliotecário. No entanto, foi previsto que um ajudante deveria auxiliá-lo. O encarregado, por sua vez, deveria fiscalizar a consulta do público, para evitar extravios e depredações das obras. Já o fiscal de leitura era responsável em impedir a infração de qualquer prescrição do regulamento no que se referia à preservação das obras, objetos e mobiliário por parte dos consulentes. Em 1936, o novo regulamento dado à Biblioteca pelo decreto municipal n. 67 de 11 de fevereiro determinou que a preservação do acervo, através de sua constante limpeza e tratamento, bem como o asseio, segurança e conservação do edifício, deveriam ser de responsabilidade do serviço de conservação.

O movimento fascista italiano que se desenrolava naquele período influenciou o campo político no Brasil, através do surgimento do Estado Novo, fazendo com que a corrente autoritária ganhasse espaço na cultura política do país. Em Belo Horizonte, a administração pública municipal adotou uma política repressiva, inclusive na constituição do acervo da Biblioteca Pública. Em 21 de outubro de 1937, o prefeito Otacílio Negrão de Lima, através do decreto municipal n. 135, tomou uma medida bastante coercitiva, criando uma comissão que deveria verificar as obras existentes na Biblioteca e eliminar as continham qualquer ideologia contrária ao regime getulista.

No entanto, houve uma maior preocupação da Biblioteca com a sua popularização. Ela possuía uma certa preocupação em atender alguns grupos da sociedade que necessitavam de uma atenção especial: as crianças, os deficientes visuais, os presidiários. Nessa fase, a instituição também começou a se preocupar com a realização de atividades de difusão cultural. O artigo 35 do decreto n. 64 determinou que na Biblioteca haveria uma sala de conferências, que poderiam se realizar mediante a permissão do bibliotecário ou que este as promoveria, escolhendo os assuntos e convidando as pessoas que delas teriam que se encarregar. No entanto, o decreto ressaltou que “assuntos facciosos” não poderiam ser apresentados. O novo regulamento da Biblioteca dado pelo decreto n. 67, em 1936, no artigo 9º determinou que o bibliotecário deveria distribuir por outras bibliotecas públicas as

duplicatas das obras existentes, bem como fazer as permutas que poderiam ser vantajosas. Além disso, bibliotecário ele promover, dentro ou fora do estabelecimento, conferências de caráter cultural, convidando as pessoas que dela deveriam se encarregar, além de dirigir o “Boletim Bibliographico”, publicado em quatro edições no ano de 1935, e que apresentava várias informações, dentre elas, notas sobre a cidade e artigos de intelectuais belo-horizontinos.

Na fase final, entre 1937 e 1963, a Prefeitura havia se tornado uma administração complexa, com diversos departamentos e serviços. Com isso, a Biblioteca passou a ser subordinada ao Departamento de Cultura e o seu quadro de funcionários tornou-se mais diversificado, tendo em vista a complexidade do serviço executado. Tal quadro constou de: um diretor; um bibliotecário; um catalogador-chefe; um ecônomo; um catalogador auxiliar de 1ª; um catalogador auxiliar de 2ª; um auxiliar datilógrafo; um oficial de consulta de 1ª; um oficial de consulta de 2ª; três oficiais de consulta de 3ª; dois oficiais de consulta de 4ª e dois porteiros-serventes.

Um novo sistema de classificação foi introduzido nas bibliotecas: a classificação decimal universal, que inspirou a Biblioteca Pública a reelaborar o seu catálogo bibliográfico. Nessa fase, no entanto, o acervo começou se tornar desatualizado, e foi sendo delineado pra atender, principalmente, estudantes de nível primário. Não foi encontrado registro que mencionasse mudança significativa sobre a preservação, exceto informações sobre capeamento com material plástico e encadernação das obras mais estragadas, feitas por especialistas.

Naquele ambiente político e autoritário do Estado Novo, o campo literário em todo o país ficou sob a tutela do Estado Brasileiro. Uma das instituições criadas foi o Instituto Nacional do Livro – INL (1937), que tinha por objetivo incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o Brasil. As bibliotecas públicas, entretanto, ficaram em segundo plano na nova política cultural. Em 1946, foi criada uma nova constituição, de caráter liberal-democrático, que definiu o Brasil como uma República federativa e estabeleceu as competências da União, Estados e Municípios. Já no início da

década de 1960, o Brasil passou por um período de agitações políticas já que naquele momento o Presidente João Goulart, ao tentar implantar uma reforma agrária, enfrentou oposições políticas, situação que contribuiu para a gestação do golpe militar de 1964. Encerrou-se assim o período democrático do Brasil, dando lugar a um regime autoritário e repressor. Os presidentes militares reinauguraram o INL, mas a atuação dessa instituição continuou a mesma da ditadura varguista. Em Belo Horizonte, o momento político também se complicava. Jorge Carone foi afastado da Prefeitura em 1965, atingido pela onda de cassações e perseguições que se seguiu ao golpe.

Nessa fase, de certa forma, começou a haver uma preocupação por parte da instituição em proporcionar maior acesso à informação de seu acervo, o que podemos notar na lei municipal n. 333 de 23 de maio de 1953, ao determinar que uma das competências da instituição seria de efetuar campanhas educativas visando estimular o gosto pela leitura e incentivar a frequência de leitores à Biblioteca. O acervo foi se tornando cada vez mais apropriado para estudantes do nível primário, em detrimento dos estudantes do nível superior, provavelmente porque o primeiro grupo concentraria a maior parte dos consulentes da instituição. O decreto n. 209, publicado em 1947, determinou que a instituição deveria cooperar com o Serviço de Turismo e Recreação, também subordinado ao Departamento, no preparo da parte relativa às exposições de livros, das quais a Biblioteca deveria participar e que integrariam o programa de atividades turísticas, a cargo daquela seção. Devido à democratização do ensino, o número de escolas públicas municipais e estaduais aumentou, o que era necessário para acompanhamento da expansão de matrículas. Em Belo Horizonte esse aumento também se concretizou. Provavelmente algumas escolas criaram bibliotecas em seu espaço. Desse modo, o atendimento ao usuário na Biblioteca começou a se reduzir, fato esse também ligado à diminuição do número de aquisição de obras. Assim, a Biblioteca Pública de Belo Horizonte foi perdendo o seu espaço no cenário cultural da cidade.

4 A extinção

Podem ter sido vários os fatores relacionados à extinção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte: a perda de autonomia da Biblioteca em relação à estrutura administrativa da

Prefeitura; a ausência de esforços da Administração Pública Municipal em conseguir um espaço físico definitivo e com condições adequadas para a instalação da Biblioteca; o conturbado momento político pelo qual o país e a cidade estavam passando em 1963, ou seja, as vésperas da ditadura militar, e que estava sendo cenário de muitas agitações sociais; a provável falta de interesse da significativa parcela do público em continuar a freqüentar a Biblioteca; a negligência das autoridades públicas municipais, estaduais e federais em relação às bibliotecas públicas do país; a necessidade de um maior espaço para a Câmara de Vereadoresⁱⁱ, que resultou no despejamento do acervo da Biblioteca no Parque Municipalⁱⁱⁱ em agosto de 1963; a construção da Biblioteca Pública Estadual, fazendo com que a Municipal perdesse parte dos recursos públicos necessários e o prestígio na cidade.

5 Considerações finais

Podemos concluir que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte contribuiu para a constituição da memória e identidade da cidade, tendo em vista: o acervo doado por figuras ilustres da cidade, dentre eles, os membros da Comissão Construtora da Nova Capital; os periódicos e jornais publicados na cidade e recebidos pela Biblioteca; o desenvolvimento e organização da seção “Autores Mineiros”; a publicação do “Boletim Bibliográfico”; a freqüência de escritores e intelectuais à Biblioteca, bem como sua produção literária e científica; os trabalhos, as pesquisas e as leituras realizados por estudantes e pela população em geral; os hábitos de leitura e escrita criados na Biblioteca e por essa instituição; as influências ideológicas que atingiram a Biblioteca e, indiretamente os seus usuários; as influências culturais que modificaram ou foram modificadas pela leitura e pela escrita na instituição.

O acervo restante da Biblioteca Pública de Belo Horizonte representa, nesse sentido, um rico patrimônio bibliográfico e cultural da cidade, e deveria estar disponibilizado em sua totalidade ao público.

ⁱ Atual Avenida Augusto de Lima.

ⁱⁱ Antigo Conselho Deliberativo.

ⁱⁱⁱ O acervo foi recolhido pela Biblioteca do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis – IMACO e permaneceu no local até 2000, quando foi transferido para o antigo prédio da Secretaria Municipal de Cultura e, depois de várias perdas e extravios, foi reduzido para cerca de 8.000 volumes. Eles foram recolhidos pelo

deputado Amílcar Viana Martins Filho e algumas obras fazem parte hoje da Instituição Amilcar Viana Martins. Uma parte daquele acervo também foi transferida para o Instituto João Pinheiro e, com a extinção desse, para a Biblioteca do Centro de Referência do Professor, subordinado à Secretaria Estadual de Educação.